

REHMLAC

REVISTA DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA MASONERÍA

LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA



“A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal”

Fernanda Santos & José Eduardo Franco

Consejo Científico: José Antonio Ferrer Benimeli (Universidad de Zaragoza), Miguel Guzmán-Stein (Universidad de Costa Rica), Eduardo Torres-Cuevas (Universidad de La Habana), Andreas Önnersfors (University of Leiden), María Eugenia Vázquez Semadeni (Universidad Nacional Autónoma de México), Roberto Valdés Valle (Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”), Carlos Martínez Moreno (Universidad Nacional Autónoma de México), Céline Sala (Université de Perpignan)

Editor: Yván Pozuelo Andrés (IES Universidad Laboral de Gijón)

Director: Ricardo Martínez Esquivel (Universidad de Costa Rica)

Dirección web: rehmlac.com/
Correo electrónico: info@rehmlac.com
Apartado postal: 243-2300 San José, Costa Rica

Fecha de recibido: 19 mayo 2010 – Fecha de aceptación: 17 agosto 2010

Palavras chave

Igreja Católica, Clero, Maçonaria, Anticlericalismo, Antimaçonismo, República

Keywords

Catholic Church, Clergy, Freemasonry, Anti-Clericalism, Anti-Masonism, Republic

Resumo

A Igreja Católica iniciou a sua longa história de condenação pública da maçonaria a 28 de Abril de 1738, quando o Papa Clemente XII (1730-1740) proibiu os católicos de se tornarem membros de lojas maçónicas, através da bula *In eminenti apostolatus specula*, que assinalava a incompatibilidade entre o juramento e o segredo das obediências maçónicas e a condição de cristão integrado na Igreja Católica Romana. O edital de 28 de Setembro de 1738, publicado nos conventos e paróquias do reino e do império, resume o diploma da Inquisição portuguesa, no qual os católicos residentes em Portugal eram admoestados a confessar e denunciar ao Santo Ofício a existência de assembleias maçónicas. Nele era proibida a participação dos católicos nas referidas assembleias de pedreiros-livres, sendo ordenada inquirição em todos os lugares, por parte de bispos, prelados superiores e inquisidores, para identificação dos transgressores. Apesar destes factos históricos, este trabalho pretende mostrar que há registos da entrada de padres e bispos católicos na Maçonaria portuguesa desde meados do século XVIII.

Abstract

The Catholic Church began its long history of public condemnation of Freemasonry on April 28th, 1738, when Pope Clement XII (1730-1740) interdicted Catholics from becoming members of Masonic lodges, through the bull *In Eminentis Apostolatus Specula*, which pointed out the incompatibility between the vow and secrecy of Masonic obedience and the condition of Christianity in the Roman Catholic Church. The announcement of September 28th, 1738, published in convents and parishes of the kingdom and empire, summarizes the role of the Portuguese Inquisition, in which Catholics living in Portugal were admonished to confess and denounce to the Holy Office the existence of Masonic meetings. The Inquisition also prohibited the participation of Catholics in freemasonry meetings, and ordered bishops, prelates and inquisitors to identify the offenders. Despite these historical facts, this paper intends to show that there are records of the involvement of Catholic priests and bishops in portuguese Freemasonry since the mid eighteenth century.

© Fernanda Santos & José Eduardo Franco y REHMLAC.

Fernanda Santos. Português. Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina/ CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. . Contato: fercris77@gmail.com.

José Eduardo Franco. Português. CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Contato: joseeduardofranco@sapo.pt.

Citado:

Dialnet (Universidad de la Rioja)
Directorio y recolector de recursos digitales del Ministerio de Cultura de España
AFEHC. Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica
Departamento de Filosofía de la Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”



Tipo de licença
“Reconhecimento- Não-comercial- Compartilhar igual”

“A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal”*

Fernanda Santos & José Eduardo Franco

Igreja Católica e maçonaria: conflitos e condenações

A história das relações entre Igreja e a Maçonaria tem sido uma história dilemática. As relações entre ambas estas instituições, tão marcadas por conflitos e incompreensões, fazem parte de uma história que não pode ser estudada apenas pela catalogação das condenações das autoridades eclesiásticas em relação às práticas maçónicas ou dos ataques propagandísticos da maçonaria à Igreja Católica. Para compreender esta história que, em certos aspectos, podemos classificar de amor/ódio e de atracção/repulsão é preciso ir mais fundo.

A Maçonaria apresenta-se, quando emerge em sociedades cristãs protestantes e católicas de Antigo Regime, com um corpo de ideias, de ideários e de ritualidades que foram consideradas subversivas no âmbito daquele modelo político-social vigente e no qual cresciam os germes de uma nova sociedade menos monolítica, mais secularizada e mais livre, mais tolerante e de perspectiva mais universalista. A Igreja, através da sua alta hierarquia, como instituição religiosa tutelar das sociedades de Antigo Regime e defensora de um ideário dogmatizante do religioso entendeu a Maçonaria como uma instituição concorrencial que pedia uma fidelidade que alegadamente não poderia ser partilhada com a fidelidade religiosa à Igreja com o mesmo grau de vinculação.

Este dissentimento genesiaco da história da Maçonaria com a Igreja começou a criar um abismo aparentemente intransponível entre as duas instituições que nunca mais parariam de se digladiar, apesar das cumplicidades, das trocas simbólicas e de outras simbioses entre ambas virem a revelarem-se muito maiores do que se poderia pensar.¹

A Igreja Católica iniciou a sua longa história de condenação pública da maçonaria a 28 de Abril de 1738, quando o Papa Clemente XII (1730-1740) proibiu os católicos de se tornarem membros de lojas maçónicas, através da bula *In eminenti apostolatus specula*, que assinalava a incompatibilidade entre o juramento e o segredo das obediências maçónicas e a condição de cristão integrado na Igreja Católica Romana.²

O edital de 28 de Setembro de 1738 resume o diploma da Inquisição portuguesa, no qual os católicos residentes em Portugal eram admoestados a confessar e denunciar ao Santo

* Este trabalho foi apresentado na “Mesa: Masonería y Sociedades Patrióticas”, *X Congreso Centroamericano de Historia* (Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Managua, Nicaragua, de 12 a 16 Julho 2010).

¹ José Sebastião da Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Coimbra, 1986), Vol. I, Tomo I.

² Diversos outros documentos papais surgiram, por parte da Igreja, para combater a maçonaria. Entre as principais encíclicas papais antimaçónicas, ou que fazem referências desfavoráveis à maçonaria, enumeram-se as seguintes: *In Eminentí*, de Clemente XII (1738); *Providas Romanorum*, de Bento XIV (1751); *Ecclesiam*, de Pio VII (1821); *Quo Graviora*, de Leão XII (1825); *Traditi*, Pio VIII (1829); *Mirari Vos* (1832), Gregório XVI; *Multiplies Inter* (1865), *Apostolicae Sedis* (1869), *Etsi Nos* (1882), todas de Pio IX; *Humanum Genus* (1884), *Inimica Vis* (1892), *Custodi di quella fede* (1892), *Praeclara* (1894), *Annum ingressi* (1902), de Leão XIII.

Ofício a existência de assembleias maçónicas. Esse edital foi publicado nos conventos e paróquias do reino e do império, como eram hábitos nestas situações. Nele era proibida a participação dos católicos nas referidas assembleias de pedreiros-livres, sendo ordenada inquirição em todos os lugares, por parte de bispos, prelados superiores e inquisidores, para identificação dos transgressores.

Apesar destes factos históricos, há registos da entrada de diversos padres e bispos católicos na Maçonaria portuguesa. A Inquisição de Lisboa estreou-se em diligências contra a maçonaria a 18 de Julho de 1738, pouco tempo depois da condenação papal.

Em Lisboa, segundo o padre Charles O’Kelly, a maçonaria juntava um grupo de escoceses, irlandeses e ingleses, tanto católicos como protestantes. Tal como ele observou, eram médicos, capitães de navios, militares, arquitectos, negociantes e também vários padres.³

O registo de padres na Maçonaria portuguesa remonta à I metade do século XVIII. Este trabalho pretende abrir campo para o estudo da militância maçónica de padres, frades e bispos católicos.

O caso mais emblemático encontra-se logo nos primórdios com a fundação, em 1733, na Capital portuguesa da Casa Real dos Pedreiros-Livros da Lusitânia. Esta loja era verdadeiramente cosmopolita, interconfessional, interclassista e ecuménica. Era constituída por obreiros da área do comércio, por quadros do exército, por médicos, onde preponderavam três frades dominicanos. Boa parte dos membros era estrangeira de origem irlandesa. Em 1738 com a publicação da bula condenatória de Clemente XII a loja foi encerrada.

Ao longo do século XIX, século maçónico por excelência, secreta, discreta ou abertamente vários padres e até mesmo membros do alto clero, como seja bispo destacado, aderiram à Maçonaria não se revendo no extremismo dos anátemas papais contra os ideais maçónicos. O mais célebre destes membros conhecidos do alto clero católico que pertenceu à Maçonaria foi, sem dúvida, o Bispo de Viseu, D. João Alves Martins (1862-1882). Formado na ordem franciscana e doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, teve relevante empenhamento político como ideólogo do Partido Reformista. Além de deputado, chegou a ocupar o cargo de Ministro do Reino no governo de Sá da Bandeira entre 1868 e 1869 com intervenções importantes em termos legislativos.

Apesar de altas patentes de o clero católico liberal, terem um entendimento diferente do da Santa Sé no que concerne à Maçonaria, o papado até ao Concílio Vaticano II manteve as proibições de participação de católicos nesta organização.

Com efeito, o secretismo da Maçonaria e os seus ideais foram muitas vezes vistos pela Igreja como um atentado à religião e aos dogmas católicos, levando a que a Maçonaria fosse olhados com desconfiança pela Igreja Católica. A Maçonaria ripostou, a partir das suas facções mais radicais, com uma longa campanha contra a Igreja e contra as suas instituições.⁴

³ Rui Ramos, “Antimaçonismo”, in: *Dança dos Demónios – Intolerância em Portugal*, coord. José Eduardo Franco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009), 336 e ss.

⁴ José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas: Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, Volume II, (Lisboa: Gradiva editora, 2007), 103.

O período chave de confronto entre a Igreja católica e a Maçonaria foi nos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que abarcam praticamente toda a segunda metade do século XIX.

Os papas não foram os primeiros a condenar a Maçonaria. Já anteriormente houve na França algumas intervenções da polícia contra as lojas. Concretamente, a 14 de Setembro de 1737, o Cardeal Fleury, Primeiro-Ministro de Luís XV, proibia todas as reuniões secretas e, especialmente, a formação de associações qualquer que fosse o pretexto e qualquer que fosse a denominação. Dois anos antes, idêntica proibição fora emanada na Holanda, cujo exemplo parece ter sido seguido por muitos outros governos da Europa.⁵

Maçonaria e filiações políticas

Durante a segunda metade do século XVIII, a Maçonaria tinha erguido pelo menos em cinco centros urbanos Lojas: Lisboa, Porto, Coimbra, Valença do Minho e Funchal. Tratava-se de Lojas de importância relativa. A Maçonaria foi pouco influente até 1807: tinha baixo número de aderentes, débil politização, vagamente identificada com a ideologia iluminista.⁶ O liberalismo não foi um movimento de massas até à primeira invasão francesa, mas foi suficientemente ativo para inquietar os poderes repressivos da Inquisição, da Intendência da Polícia e da Real Mesa Censória. Não se tem conhecimento do quadro social das Lojas deste período primordial, mas sabe-se que nelas tinham assentos aristocratas, militares, clérigos, e muitos grupos pertencentes a diversos estratos mais ou menos abastados do terceiro estado. Para além de sacerdotes, nela se filiaram leigos católicos, não obstante as proibições pontifícias que remontavam a 1738. Ao lado destes havia homens de outras confissões religiosas, outros sem religião.⁷

Sob o ponto de vista político, muitos não escondiam a sua simpatia pelos ideais de Igualdade e de Liberdade da Revolução Francesa, grande parte deles preparando as vias do Liberalismo. Todos seguiam com interesse as peripécias da Revolução Francesa. E a maior parte, se não a totalidade dos maçons portugueses, eram jacobinos, isto é, eram adeptos das Revoluções que marcaram o Atlântico nos finais do século XVIII. Daqueles lugares, o que exibia maior pujança maçónica era naturalmente Lisboa, mas o Porto possuía também o seu núcleo, constituído por gente tão diversa como caixeiros e nobres, negociantes e homens de leis. Da lista faz parte o chefe da Intendência da Polícia, um advogado de origem

⁵ José Ferrer Benimeli, *G. Caprile, Maçonaria e Igreja Católica* (Tradução de V. Alberton, São Paulo: edições Paulinas, 1983), 24.

⁶ O historiador Joaquim Veríssimo Serrão refere um papel interventivo da Maçonaria em Portugal a partir de 1762, quando os oficiais do conde de Lippe conquistaram adeptos em diversas franjas do tecido social: na nobreza, no Exército, na diplomacia, na mercancia e na cultura. Os ideais da fraternidade humana eram acolhidos por um novo tempo histórico, na luta a empreender contra o despotismo régio e a autoridade secular da Igreja. No próprio ministério que antecedeu a partida da corte para o Brasil estava um alto dignitário da Maçonaria: António Araújo de Azevedo, conde da Barca. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (Lisboa: Editorial Verbo, 1981), Volume VI, 434.

⁷ Sobre a história da Maçonaria em Portugal ver a obra monumental de A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal* (Lisboa: Presença, 1990-1997), 3 Volumes.

transmontana e exclérigo de ordens menores que fora condenado, em 1780, por adesão a ideias subversivas querem sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista da doutrina católica.

A partir da primeira invasão francesa, a Maçonaria politizou-se à esquerda. Na sequência da Constituição de Cádiz (que a portuguesa de 1822 irá acompanhar), a partir de 1813 a Maçonaria (que fora desmantelada na sequência das perseguições generalizadas de 1809-1810) e as forças liberais recomeçam a organizar-se. Com Gomes Freire a Maçonaria politizou-se notavelmente. Há nesta altura convergência das maçonarias portuguesa e espanhola. Vários maçons espanhóis encontram-se em Lisboa com Gomes Freire. A Maçonaria foi a estrutura de apoio da conjura, mas é preciso dizer-se que fora de Lisboa e fora do exército a Maçonaria tinha uma fraca implantação. E, em si mesma, não funcionou como central de atividade conspirativa. Depois da conjura, as sociedades secretas foram severamente vigiadas, não tanto em relação ao passado mas em relação a novos aderentes: os Irmãos seriam incriminados por crime de lesa-majestade e as casas onde as Lojas funcionassem seriam confiscadas.

O descontentamento generalizado com a frágil conjuntura socioeconómica do país, aliado ao desejo de mudança experimentado em sectores de vanguarda da sociedade portuguesa, deram origem à revolução de 1820. Esta foi produzida pelo Sinédrio, corpo político sem qualquer comunicação com sociedades secretas. Se entre os membros do Sinédrio estavam alguns elementos maçónicos da maçonaria madrilena, não há qualquer indício que alguma Loja maçónica o dirigisse ou guiasse. Todavia, o Sinédrio recebeu a influência da Maçonaria, sendo organizado à imagem das sociedades secretas: secretismo, designação numérica dos membros da Associação. Os maçons portugueses eram: Manuel Fernandes Tomás, João da Cunha Sottomayor, José da Silva Carvalho e talvez José Ferreira Borges.

Entre 1820-23 a identidade dos governos não mostra o exclusivo nem até o predomínio de elementos maçónicos. A sociedade não era maioritária no Congresso, mas sem dúvida que lutou pela supremacia no aparelho de estado. Pelas Constituições de 1821 a condição de Irmão tornou-se inseparável da de liberal. Foi com base na Constituição de 29 de Março de 1821 e do texto espanhol de 1812 que a maçonaria portuguesa estruturou a sua lei orgânica.

Após a vitória definitiva do Liberalismo, a Maçonaria politizar-se-á cada vez mais. Nos finais do século XIX e princípios do XX, o ideário maçónico começou a identificar-se com a ideologia republicana, apesar de haver muitos obreiros monárquicos. A República foi, essencialmente, obra de maçons. O advento do novo regime havia de enfraquecer a Maçonaria, na medida em que ela se envolveu directamente na luta político-partidária, dividindo-se entre o apoio ao Partido Republicano e ao Partido Democrático.⁸

⁸Francisco Ribeiro Silva, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, coord. Pedro Alvarez Lázaro (1994), 19-20.

Maçonaria e Anticlericalismo

A ação maçónica organizou-se nos tempos agitados das invasões francesas. O espírito liberal e anárquico desenvolveu-se entre nós por uma dupla influência: ideias da revolução francesa, importadas através dos soldados napoleónicos e tendências anárquicas do liberalismo protestante dos aliados ingleses. A revolução de 1820 consagra a Maçonaria e o liberalismo como hostis à Igreja e ao clero. As campanhas de descrédito sucedem-se. Se o clero adere, em parte, a esse movimento, dentro de pouco tempo vê que ele é dirigido contra si. E quando surge D. Miguel como alguém capaz de repor as coisas num estado parecido com o anterior, o clero toma o seu partido, desejoso de reaver a consideração perdida.

O clero não estava todo por D. Miguel. Dividiu-se e até mudava de partido conforme as conveniências pessoais: jogava-se com a influência do clero sobre o povo para conquistá-lo. Absolutistas e liberais lutavam pelos seus interesses, nem sempre tentando proteger uma classe.

Após a vitória do movimento liberal, ainda antes de este se consolidar, iniciava-se um movimento de desprestígio contra a Igreja e o clero para justificar o roubo dos bens eclesiásticos com que era preciso galardoar serviços ou enfrentar despesas e dívidas públicas. Se tal roubo sistemático de bens materiais era o menos, para ele se realizar foi preciso criar ambiente anticlerical, fundamentado na adesão do clero ao absolutismo, com a colaboração de alguns membros do próprio clero comprometidos nas lojas maçónicas. O clero vê-se despojado dos seus bens, tornando-se incapaz de continuar uma obra de assistência que vinha realizando e que passa para o estado sem possibilidades morais e até materiais de a continuar, uma vez que os bens espoliados revertiam a favor de particulares oportunistas. Durante um longo período de tempo, o clero perde algum do seu prestígio social, sendo alvo de escárnio e de anedotas. As novas ideias liberais eram anticlericais e anticatólicas.

Esta mesma campanha anticlerical continuou nos primeiros e seguintes anos da República. O anticlericalismo português toma o carácter de aceitação da mentalidade cristã e católica com oposição sistemática à organização hierárquica e ao padre em especial.⁹

O padre começou a ser olhado como o guardião de um património, de uma tradição, de um modelo de sociedade que se queria superar. O padre era visto pelos propagandistas do laicismo de forma estereotipada, como o grande obstáculo ao progresso.¹⁰

⁹ Na obra *O Padre no Romance Português*, Zacarias de Oliveira analisa as razões do anticlericalismo em Portugal, enumerando-as: o comportamento dos clérigos, que nem sempre correspondeu aos ideais defendidos; a tentativa de manter, acima de tudo, a segurança material, instalando-se na vida e perdendo o comprometimento com a pregação do Evangelho; o poder do rei ligado à Igreja (embora por vezes não passasse das aparências); a falta de abertura da Igreja à novidade e à mudança, prendendo-se ao passado por um “tradicionalismo psicologicamente compreensível”, mas que ao mesmo tempo rejeitava novos movimentos ideológicos, sociais e políticos (como o Liberalismo); a confusão que o clero fez, muitas vezes, entre vida moral e comportamento civil ou político, o que o levou a ligar-se a instituições de carácter policial. A Inquisição é exemplo disto, porque enquanto tribunal político, policial e de costumes esteve quase sempre nas mãos do clero, embora tantas vezes se insurgisse contra ele - a maioria das vítimas da Inquisição contam-se entre o clero. Zacarias de Oliveira, *O Padre no Romance Português*, (Lisboa: União Gráfica, 1960).

¹⁰ Fernanda Santos, «A Ideia de Sacerdote Católico nos textos maçónicos no período do liberalismo português (1820-1910)», in *XI Simposium Internacional de Historia de la Masonería Española* (Fundación Práxedes

No tempo das lutas liberais e no advento da República, o clero não compreendeu as novas ideias, e foi acusado pela sua ação arcaica, compreensível à distância histórica, uma vez que andava contingenciado por inúmeras circunstâncias que são atenuantes, num ambiente de generalizada incompreensão. Como o clero estava mais perto do povo, que tanto desejava conquistar, a campanha de difamação descia também até ao povo.¹¹

A partir da segunda metade do século XIX intensifica-se a vertente anticlerical da sociedade portuguesa, que se fica também a dever à tentativa da Igreja católica em repor o prestígio que tinha perdido e a sua capacidade interventiva na sociedade.¹²

Do mesmo modo, no século XIX a Europa central confirmava o mito de que a Maçonaria era uma conjura judaica, mundial, mascarada numa sociedade internacional, organizada sob princípios rígidos com o nome de Liga dos Maçons, a qual possuía influência política considerável. Nestas e noutras oportunidades ia sempre buscar-se apoio na controvérsia que os escritores da história da Maçonaria cognominaram como o conhecido vigário Taxil. Devido a ele se espalharam rumores fantásticos de ritos sexuais, lojas de mulheres, a maioria dos quais ainda hoje se pode deduzir das publicações de hebdomadários e ilustrações. O francês Leo Taxil (de seu verdadeiro nome Gabriel J. Pagés), depois de ter estado anos num estabelecimento educacional jesuítico, tornou-se livre-pensador e finalmente maçom. Porém, no ano de 1855 ele regressou publicamente à Igreja Católica.

Daí em diante publicitou escritos antimaçónicos, em cujas considerações se entrevia uma correspondência com a densa atmosfera de fim de século que existia nos salões europeus. Com perseverança, colocou a circular celeremente a descrição do culto do diabo dos maçons, as missas negras e o que se passava nas lojas de mulheres. O primeiro livro teve a habilidade de ser escrito segundo as diretrizes e ideias reconhecidas na encíclica *Humanum Genus*, de Leão XIII, uma autêntica síntese doutrinal antimaçónica.

Adversários mais esclarecidos, como o padre jesuíta Hermann Gruber apontavam o erro de conduzir uma campanha contra a Maçonaria com o emprego de métodos de deterioramento de imagem deste estilo. No ano de 1897 o próprio Taxil dizia, reconhecendo o seu embuste, que as pedras atiradas recaíam sobre os antimaçons.¹³

Mateo-Sagasta & Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española Universidad Zaragoza, Zaragoza, 2007), 1117-1127.

¹¹ A Geração de 70 acrescenta o papel nocivo e hipócrita do padre ignorante como elemento desestabilizador da família, crítica o reforço e a politização da confissão, bem como a sobrevalorização do aspecto externo do culto em detrimento da relação directa do crente com Deus, condena o celibato eclesiástico, ataca o ensino religioso, que considerava deficiente e errado para a preparação dos elementos mais novos da sociedade (Ana Isabel Marques Guedes, *Algumas considerações sobre a «questão religiosa» em Portugal (meados do séc. XIX a início do séc. XX). O anticlericalismo e o espírito republicano* (Porto: editorial O oiro do dia, 1990).

¹² O anticlericalismo assume uma atitude reactiva, que, segundo Machado de Abreu, “provém directamente da resistência ideológica e político-partidária à progressiva recomposição da presença das ordens e congregações religiosas no país”. Luís Machado de Abreu, “O Discurso do Anticlericalismo Português (1850-1926)”, *Separata da Revista da Universidade de Aveiro* 16 (1999): 135.

¹³ Hermann Schreiber & Georg Schreiber, *História e Mistérios das Sociedades Secretas no Mundo Antigo e no Moderno* (Tradução Eurico Douwens, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1967), 246-247.

Maçonaria e Igreja: conflitos e fronteiras fluídas

A história das relações entre Maçonaria e Igreja Católica é pautada por um largo elenco de desentendimentos, receios e mútuas incompreensões.¹⁴ Entre ambas as instituições houve sempre um clima de suspeita, especialmente em certas épocas e países, quando se enfrentaram radicalmente ao longo do tempo. Esta relação foi mudando, e os motivos de desentendimento seculares perdendo consistência, todavia esta mudança não se deu em todos os lugares com a mesma intensidade e rapidez. Os motivos fundamentais pelos quais a Igreja condenou, tradicionalmente, a Maçonaria, foram de ordem teológica, moral e político, e só se compreendem tendo em conta o contexto histórico. Atualmente a Igreja, sobretudo após João XXIII e o Concílio Vaticano II, bem como a própria Companhia de Jesus encaram com outros olhos o fenómeno maçónico, desmistificando a ideia de que as Lojas são antros demoníacos¹⁵. O atual Código de Direito Canónico (1983) omite qualquer referência à Maçonaria, e revogado o cânone 2335 do anterior (1917), que excomungava *ipso facto* os inscritos na “seita maçónica” e em organizações “que maquinavam contra a Igreja ou contra as legítimas autoridades civis”. O Código atual suprimiu qualquer alusão à Maçonaria.

Autores como José Ferrer Benimeli afirmam que a Maçonaria se pode considerar desde o seu nascimento como uma escola de formação humana, que acolhe no seu seio homens de línguas, culturas, religiões, raça diferentes, incluindo de diferentes convicções políticas. O que em todos eles coincide é o desejo de aperfeiçoamento por meio de uma simbologia de natureza mística ou racional e a vontade de prestar ajuda aos outros através da filantropia e da educação.¹⁶ Estes preceitos baseiam-se nas Constituições de Anderson.¹⁷

Defensores da Maçonaria negam completamente que esta combata o catolicismo ou qualquer outra religião, pois a sua organização é fraternal, abrigando indistintamente irmãos que professem cultos diferentes. Campos Porto defende que um católico pode ser maçom e traça a sua personalidade de forma marcada, distinguindo o católico maçom do católico tradicional, que cegamente segue as leis da Igreja: “o católico maçom é intransigente na sua crença, mas não é um fanático, pois estando em permanente comunhão com a Divindade pela elevação dos seus princípios despidos de qualquer parcela de egoísmo e vaidade. Ele é, de facto, um católico exemplar, bem diverso daqueles que formam verdadeiras multidões,

¹⁴ Pedro Álvarez Lázaro, “Iglesia-Masonería: Génesis y Desarrollo de un Conflicto Inacabado”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo* (1994), 129.

¹⁵ António Arnaut, *Introdução à Maçonaria* (Coimbra: Coimbra editores, 2001), 75-76.

¹⁶ Ferrer Benimeli, *La Masonería* (Madrid: Eudema, 1994), 22.

¹⁷ O autor destas Constituições é James Anderson, um pastor presbiteriano e doutor em Teologia, que durante algum tempo foi Venerável numa Loja londrina, encarregado em 1721 pelo duque de Montagu (Grão-Mestre da Grande Loja de Londres em 1721-22) de “examinar, corrigir e ordenar a história, as obrigações e os regulamentos da antiga confraria” dos pedreiros. Deste seu trabalho resultaram as chamadas Constituições de Anderson, publicadas em 1723 com o título de *The Constitutions of the Free-Masons, containing the History, Charges, Regulations and of that most Ancient and Right Worshipful Fraternity* (Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* (Lisboa: editorial Delta, 1986), Volume I, 67-68.

daqueles que são católicos por tradição, daqueles que aceitam tudo, que acreditam em tudo e que não discutem nada (...).¹⁸

E afirma também que a prova que a Maçonaria não é contrária à leis de Deus, defendendo-as, é que em todo o seu passado, católicos eminentes têm sido irmãos das suas lojas, inclusive clérigos ilustres. A argumentação de Campos Porto reside ainda num outro posto-chave: outras confissões cristãs e religiões, como a protestante e a judaica espírita não fizeram a mesma acusação à Maçonaria, permitindo que os seus adeptos tivessem liberdade de ingresso nas lojas: “(...) Nenhuma delas teve a ideia diabólica e vil de servir-se de sicários despidos do mais elementar resquício de moral, ou fazendo-os irmãos da Maçonaria para, deleterianamente, vasculhar os seus arquivos e truncar tudo quanto não convinha compreender”.¹⁹

A referência a um clero maçom remonta ao século XVIII, segundo o historiador José Ferrer Benimeli. O que explica essa adesão são os próprios princípios estruturadores da Maçonaria, as suas Constituições, que fazem dela uma associação estabelecida sobre certa mística ritual, saída em grande medida das suas tradições medievais, que respeitavam e harmonizavam todas as religiões monoteístas – atitude que supõe a tolerância religiosa. Os maçons procuravam apagar as diferenças de classes ou religião, permitindo um espírito de fraternidade e de igualdade, praticando certa forma de filantropia.

O culto do sagrado (que provém da necessidade de conservar preciosamente as fórmulas arquitetônicas místicas da Idade Média), as cerimónias complexas, o gosto pelo simbólico e pelo litúrgico dotavam-na de um lado místico que exercia um poderoso atrativo numa época profundamente religiosa. Essa seria uma das razões que explicava a afluência massiva de católicos e eclesiásticos nas lojas, já que estas respeitavam por princípio a religião e as autoridades constituídas.

Segundo o mesmo autor, uma interessante lista de clero maçom pode ser elaborada no século XVIII. De esta forma se constata não somente a existência de lojas frequentadas exclusivamente por sacerdotes e religiosos, mas também aquelas onde estão inclusos sacerdotes, nas quais figuram bispos, abades, canónicos, teólogos e toda uma classe de religiosos e sacerdotes, que perfazem um total de três mil. Nenhum deles revelou qualquer problema de consciência em incorporar-se numa associação condenada e proibida pelo Papa, uma vez que eles não identificam a sua maçonaria com aquela que o Papa condena²⁰.

¹⁸ A. Campos Porto, *A Igreja Católica e a Maçonaria: A Decadência do Catolicismo e a sua luta contra a Maçonaria, o Protestantismo e o Judaísmo* (Rio de Janeiro: editora Espiritualista), 13.

¹⁹ *Ibid.*, 25.

²⁰ A trajetória de perseguição da Maçonaria no século XVIII desenvolveu-se a partir da promulgação das bulas já aqui referidas dos Papas Bento XIV e Clemente XII. Um dos motivos para essa condenação era o facto de a Maçonaria permitir a união de homens de qualquer religião, o que supõe um perigo evidente para a pureza da religião católica. Os outros aspectos derivam de uma mesma causa: o segredo guardado sob juramento nas reuniões maçónicas consideradas ilícitas e suspeitas, contra o estado e as suas leis. As razões papais assentam nas disposições do direito romano (Dig. 47, tit. 22: *De collegiis et corporibus illicitis*) contra os *collegia illicita*, que profíbem as reuniões formadas sem o consentimento da autoridade pública. Importa salientar que a proibição de tal associação do ponto de vista jurídico ajudou a considerá-la e a tê-la por ilícita não só sob o aspecto jurídico-político, mas também sob o aspecto moral (Ferrer Benimeli, *La Masonería*, 40-41).

No século XVIII o denominador comum da Maçonaria em países tão diferentes como Áustria, Portugal, Suíça, França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suécia, México, Inglaterra, Peru é o facto de ser uma associação que admira a harmonia da natureza, a obra do Grande Arquitecto do Universo, que propaga a amizade universal entre os homens. Este ideal é vago mas atrativo, encanta os espíritos pré-românticos e permite a cada um encontrar nas suas lojas o bem-estar graças à tolerância dos demais.

Neste sentido, estava incluso o juramento que tanto inquietava os governos e a Igreja, a cláusula que indicava que o juramento nada tinha contra Deus, a religião, o rei e a pátria.²¹

Considerações Finais

Reveste-se de alguma complexidade perceber os conjuntos de razões que têm mantido a distância e a dificuldade de diálogo entre Igreja Católica e a Maçonaria durante os três séculos de atividade desta organização filantrópica.

No primeiro século do surgimento das lojas maçónicas no contexto Iluminismo e das correntes de crítica ao modelo social e político do Antigo Regime monolítico e doutrinamente dogmático, a Igreja, sendo um dos pilares essenciais de uma sistema social fundado na aliança entre Trono e Altar não poderia acatar com serenidade um movimento de pensamento livre que sonhava com uma sociedade diferente e que fugia, pelo método do segredo, ao controlo eclesiástico, procurando atingir o domínio íntimo das consciências.

Por outro lado, a formação das origens da maçonaria em universo protestante, a estruturação esotérica de rituais iniciativos que implicavam compromissos, juramentos, fidelidades e obediências paralelas ou em concorrência com processos semelhantes de vinculação aos da Igreja suscitava grandes suspeitas, dúvidas e receios da parte dos guardiões da ortodoxia católica.

Não é de menosprezar ao mesmo tempo, à luz de uma modelo social de cristandade defendido musculadamente por instâncias judiciais de vigilância como a Inquisição e o sistema de censura, o facto da maçonaria se apresentar como uma instituição universalista, cosmopolita e religiosa e ideologicamente ecuménica. Esta abertura extraordinária representava uma dimensão muito avançada para a época que o poder centralizado da Igreja em Roma ainda não estava preparado para aceitar.

A acrescer a tudo isto, o facto de muitos membros da Maçonaria estarem por de trás, ou mesmo em alguns casos, na liderança revolucionária de movimentos responsáveis por fazer derruir a velha ordem política absolutista, levando consigo na mesma avalanche demolidora a Igreja Católica. No decurso deste processo revolucionário que dista da Revolução Francesa até às instaurações dos regimes republicanos na Europa, num movimento que influencia o resto do mundo, a Igreja, especialmente na sua vertente ultramontana, é atacada de frente. Em razão deste afrontamento, a maçonaria passa a ser demonizada pela própria Igreja e vista como um grande inimigo a temer. Num verdadeiro jogo de espelhos

²¹ *Ibid.*, 42-43.

marcado pelo comércio propagandístico dos estereótipos, Igreja e Maçonaria emergem na história contemporânea como inimigas em rota de colisão, produzindo uma dança de demónios, em que cada lado tenta representar demoniacamente o adversário com as cores mais terríveis.

Apesar do abismo de incompreensão e de proibição de relações possíveis entre as duas organizações de dimensão mundial não se cavaram “um fosso intransponível que impedisse a adesão de católicos e, mais ainda, de membros do clero à instituição secreta”, como historia António Reis. O mesmo historiador maçom explica de forma significativa: “E o fenómeno, aparentemente incrível, não se reduz à verificação de admissões em conjunturas da vida europeia que aparecem perturbadas por convulsões (como foi o caso da Revolução Francesa), ou angústias existenciais que predisõem as almas à tentação de experimentar o oculto. A explicação há-de encontrar-se na convergência de elementos de compreensão (a começar pelo fio cronológico) – uma forma de realização de sociabilidade e uma plataforma alargada de crença religiosa que a Maçonaria tinha para oferecer aos seus membros que, logo por isso, não se reviam nos destinatários do anátema pontifício; e menos ainda temiam o ditame quando ele vinha de quem acumulava ainda o poder temporal.”²²

O Concílio Vaticano II, acontecimento que marcou uma viragem positiva por parte da Igreja em relação à sua atitude face às realidades temporais, vai inaugurar uma etapa de maior abertura, diálogo e compreensão, tanto mais que a própria Igreja transformou o seu olhar frente ao mundo contemporâneo e evoluiu no sentido de incorporar a defesa de valores defendidos séculos antes pela Maçonaria, como a tolerância, o ecumenismo, etc.

Apesar de a abertura conciliar verificada nos anos sessenta, as cicatrizes por vezes reabrem-se em ferida e, especialmente, na vigência do papado atual, os progressos verificados em favor de uma aproximação têm sido ensombrados por novos problemas, declarações e suspeitas que têm contribuído para reavivar os fantasmas do passado.

Bibliografia

- Álvarez Lázaro, Pedro, “Iglesia-Masonería: Génesis y Desarrollo de un Conflicto Inacabado”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo* (1994).
- Arnaut, António, *Introdução à Maçonaria* (Coimbra: Coimbra editores, 2001).
- Campos Porto, A., *A Igreja Católica e a Maçonaria: A Decadência do Catolicismo e a sua luta contra a Maçonaria, o Protestantismo e o Judaísmo* (Rio de Janeiro: editora Espiritualista).
- da Silva Dias, José Sebastião, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Coimbra, 1986).
- de Oliveira, Zacarias, *O Padre no Romance Português*, (Lisboa: União Gráfica, 1960).
- de Oliveira Marques, A. H., *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* (Lisboa: editorial Delta, 1986).
- _____, *História da Maçonaria em Portugal* (Lisboa: Presença, 1990-1997).

²² António do Carmo Reis, “Maçonaria”, in: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 164.

- do Carmo Reis, António, “Maçonaria”, in: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).
- Franco, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: Em Portugal, no Brasil e no Oriente* (Séculos XVI a XX), Volume II, (Lisboa: Gradiva editora, 2007).
- Ferrer Benimeli, José Antonio, *G. Caprile, Maçonaria e Igreja Católica* (Tradução de V. Alberton, São Paulo: edições Paulinas, 1983).
- _____, *La Masonería* (Madrid: Eudema, 1994).
- Machado de Abreu, Luís, “O Discurso do Anticlericalismo Português (1850-1926)”, *Separata da Revista da Universidade de Aveiro* 16 (1999).
- Marques Guedes, Ana Isabel, *Algumas considerações sobre a «questão religiosa» em Portugal (meados do séc. XIX a início do séc. XX). O anticlericalismo e o espírito republicano* (Porto: editorial O oiro do dia, 1990).
- Ramos, Rui, “Antimaçonismo”, in: *Dança dos Demónios – Intolerância em Portugal*, coord. José Eduardo Franco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009).
- Ribeiro Silva, Francisco, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, coord. Pedro Alvarez Lázaro (1994).
- Santos, Fernanda, «A Ideia de Sacerdote Católico nos textos maçónicos no período do liberalismo português (1820-1910)», in *XI Simposium Internacional de Historia de la Masonería Española* (Fundación Práxedes Mateo-Sagasta & Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española Universidad Zaragoza, Zaragoza, 2007).
- Schreiber, Hermann & Schreiber, Georg, *História e Mistérios das Sociedades Secretas no Mundo Antigo e no Moderno* (Tradução Eurico Douwens, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1967).
- Veríssimo Serrão, Joaquim, *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (Lisboa: Editorial Verbo, 1981).